

DECRETO Nº 19.864, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

Institui a Comissão Consultiva do Código de Edificações (CCCE), dispõe sobre suas atribuições, organização e funcionamento, e revoga o Decreto nº 11.077 de 12 de agosto de 1994, e o Decreto nº 18.817 de 13 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 94, incisos II e IV, da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Consultiva do Código de Edificações (CCCE), criada para assessorar tecnicamente o Executivo na aplicação dos dispositivos constantes da Lei Complementar nº 284, de 27 de outubro de 1992 e suas alterações, referente ao Código de Edificações, à qual compete, em especial:

I – estabelecer interpretação uniforme e dirimir dúvidas quanto à aplicação do Código de Edificações;

II – coordenar a atividade de aprimoramento do Código de Edificações, promovendo propostas e estudos a ele relativos.

Art. 2º Das decisões da CCCE caberá recurso ao Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (CMDUA), e desta, em última instância, ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 3º A CCCE será constituída por 7 (sete) membros, de acordo com o seguinte critério:

I – 3 (três) representantes e seus suplentes da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), a saber:

a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE) vinculado à análise de edificações;

b) 1 (um) representante da SMDE vinculado à análise do uso e ocupação do solo;

e

c) 1 (um) representante da SMDE, de livre indicação pelo Secretário.

II – 4 (quatro) representantes da sociedade civil, e respectivos suplentes, de cada uma das seguintes entidades:

a) 1 (um) representante da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul (SERGS);

b) 1 (um) representante do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento do Rio Grande do Sul (IAB-RS);

c) 1 (um) representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul (SINDUSCON-RS);

d) 1 (um) representante da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (ASBEA) - Regional Rio Grande do Sul.

Art. 4º Os membros da Comissão, titulares e respectivos suplentes, serão designados por ato do titular da pasta da SMDE.

§ 1º A homologação dos representantes, indicados pelas entidades da sociedade civil, será realizado pelo titular da pasta da SMDE.

§ 2º Os suplentes substituirão os respectivos titulares no impedimento destes.

§ 3º O mandato dos representantes será de 4 (quatro) anos, renovável por igual período.

Art. 5º A presidência da Comissão será exercida pelo representante da SMDE vinculado à análise da edificação, e, no impedimento deste, pelo representante da SMDE vinculado à análise da ocupação e uso do solo.

Parágrafo único. Será nomeado, entre os servidores da SMDE, pelo Presidente da CCCE, um(a) Secretário(a) Executivo(a) que participará de todas as reuniões como membro da Comissão, sem direito a voto, ao qual caberá o apoio ao Presidente nas questões inerentes à Comissão e a coordenação dos trabalhos executivos.

Art. 6º A Comissão reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana.

§ 1º As reuniões somente poderão ser realizadas com a presença de quórum mínimo de 5 (cinco) membros.

§ 2º Havendo a necessidade de realização de reuniões extraordinárias, o total de reuniões não poderá exceder a 10 (dez) por mês.

Art. 7º As medidas indispensáveis ao funcionamento da Comissão, bem como o desenvolvimento e realização dos trabalhos compreendidos em sua área de competência, ficarão incumbidas à SMDE.

Art. 8º Perderá o mandato qualquer membro que, no exercício deixar de comparecer a 5 (cinco) sessões consecutivas, ou 15 (quinze) intercaladas, ou ainda, afastar-se por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, todos dentro de um ano.

§ 1º Será facultado o afastamento ou licenciamento por período de até 180 (cento e oitenta) dias, sem que isto acarrete na perda de mandato.

§ 2º Os afastamentos ou licenças serão previamente solicitados e dependerão da aprovação da maioria da Comissão.

§ 3º Nos casos de afastamentos ou licenças dos titulares, serão convocados, imediatamente, os respectivos suplentes.

Art. 9. Dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrada em vigor do presente Decreto, a Comissão deverá alterar seu Regimento Interno, adaptando-o ao mesmo.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Ficam revogados os Decretos nº 11.077, de 12 de agosto de 1994, e nº 18.817 de 13 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 24 de outubro de 2017.

Nelson Marchezan Junior
Prefeito de Porto Alegre.

Registre-se e publique-se.

Eunice Nequete,
Procuradora-Geral do Município.